



Login

Assine a Folha

Atendimento

Acervo Folha

FOLHA DIG  
APENAS R\$  
NO PRIMEI  
ASSINE J

TERÇA-FEIRA, 25 DE JULHO DE 2017 15:50

Opinião

Poder

Mundo

Economia

Cotidiano

Esporte

Cultura

F5

Sobre Tudo

Últimas notícias V

Buscar...

FOLHA DIGITAL ★★★ Acesso ilimitado por apenas R\$ 1.<sup>90</sup> no primeiro mês. ASSINE JÁ!

## poder

governo enci

# Ação contra Lula definirá uso de indício para condenações

Alice Vergueiro/Folhapress



O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

23/06/2017 02h00

Compartilhar

10 mil

Mais opções

Às vésperas da primeira sentença do ex-presidente Lula na Lava Jato, acusação e defesas vêm travando um debate: [indícios são suficientes para condenar?](#)

A questão ganhou corpo nas últimas manifestações do processo que julga se o petista recebeu propina por meio de um triplex em Guarujá. O centro da

### leia também

Maioria do STF valida delação da JBS e mantém Edson Fachin na relatoria

TRF aumenta em 15 anos pena de ex-sócio da Engevix condenado por Moro

Articulação de petistas e PSOL irrita ex-presidente Lula

Edição impressa

### especiais

## Placar da denúncia

Tendência dos 513 deputados sobre ação contra Temer

PLACAR DA DENÚNCIA

Veja como votam os deputados em relação à denúncia contra Temer



O Diabo Na  
História

discussão é a prova indiciária, ainda controversa no meio jurídico.

A sentença do juiz Sergio Moro deve virar referência na avaliação se indícios podem ou não condenar alguém.

A força-tarefa da Lava Jato é uma das principais defensoras desse tipo de prova, e considera que indícios, somados a outras circunstâncias probatórias, podem levar a uma condenação em casos de crimes graves e complexos, que não deixam provas diretas — caso da corrupção e da lavagem de dinheiro.

"Ou se confere elasticidade à admissão das provas da acusação e o devido valor à prova indiciária, ou tais crimes, de alta lesividade, não serão jamais punidos e a sociedade é que sofrerá as consequências", afirmaram os procuradores, em alegações finais a Moro.

As defesas do ex-presidente e de outros réus rebatem esse ponto de vista, que, para eles, contraria o princípio da presunção de inocência.

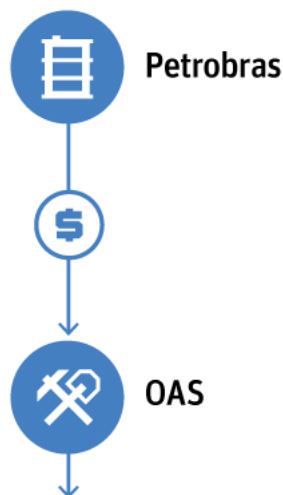
## INDÍCIOS NO CASO TRÍPLEX

Lula é acusado de receber vantagens indevidas da OAS; caso será decidido por Moro

### ACUSAÇÃO

Foi apresentada em set.2016 pelo Ministério Público Federal

Acusa o ex-presidente de receber propina da empreiteira OAS como parte de acertos do PT em contratos na Petrobras



R\$ 3,7 milhões teriam sido pagos em vantagens indevidas

R\$ 1,3 mi  
Pagamento de serviços de armazenamento de

R\$ 2,4 mi  
Reserva de um apartamento tríplex em



DESDE 2014

Saiba mais sobre a Lava Jato, maior investigação sobre corrupção no país

## REAÇÃO em cadeia

Lava Jato completa três anos com frentes dentro e fora do Brasil

[siga a folha](#)

RECEBA NOSSA NEWSLETTER

EM PODER

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Brecha na Lei da Ficha Limpa pode beneficiar Lula na eleição de 2018		
2	Depois de cortejar a cúpula do DEM, Alckmin busca aparar arestas com PSB		
3	Como a Volks cooperou com a ditadura brasileira		
4	Membros do MBL, de discurso contra loteamento, ocupam cargos pelo país		
5	Janot parabeniza Dodge por indicação e diz que fará transição 'clara'		

PUBLICIDADE

Comunismo, Fascismo  
E Algumas Lições Do  
Século XX  
De R\$ 75,00  
Por R\$ 64,90  
[Comprar](#)

**folhash**

Compare preços:

CMA Series 4

**7Dias  
Grátis**

O melhor sistema para inve-  
na bolsa!

Estúdio **Folha** projetos patrocinados

de armazenamento de bens do ex-presidente, como presentes recebidos em seus mandatos

armazenamento triplex em Guarujá (SP) e em benfeitorias nesse imóvel

## O QUE DIZ A DEFESA

O petista nunca participou da contratação da empresa responsável e os materiais eram um acervo presidencial, e não objetos privados

## O QUE DIZ A DEFESA

Sustenta que Lula nunca recebeu as chaves nem ocupou o triplex. Ex-primeira-dama Marisa comprou em 2005 cotas de um apartamento, à época sob responsabilidade da cooperativa Bancoop, e desistiu do negócio

"Esse discurso é tão moderno quanto a Santa Inquisição, as monarquias absolutistas e as teorias fascistas", disseram os advogados de Lula, também em alegações finais.

Pela doutrina, o indício é definido como um fato acessório que tem conexão com o crime. Se alguém, por exemplo, viu um suposto assassino sair correndo do local da morte com uma arma na mão, seu testemunho é um indício. "Vários indícios apontando sempre em uma mesma direção podem demonstrar a ocorrência de um fato", afirmou o promotor de Justiça de São Paulo César Mariano da Silva, em artigo recente no site "Consultor Jurídico".

No caso do triplex, seriam exemplos de provas indiciárias, além dos depoimentos de delatores, documentos apreendidos na casa de Lula, que fazem referência ao apartamento; ou um encontro do ex-presidente com Renato Duque, acusado de desviar recursos da Petrobras, após a veiculação de denúncias de que o ex-diretor da estatal teria contas no exterior.

Para o Ministério Público, em ambas as situações faltaram explicações convincentes de Lula —e as provas levariam à conclusão de que ele sabia de desvios na Petrobras e era o dono do triplex.

A defesa do ex-presidente sustenta que a avaliação "racional, objetiva e imparcial" das provas sugere o contrário, e que a tese da Procuradoria é um "castelo teórico".

Para eles, foi impossível comprovar que os contratos da Petrobras citados na denúncia foram a fonte dos valores investidos no triplex, muito menos que o imóvel pertencia a Lula.

"O que fez a acusação foi tentar justificar o fato de que não foi possível juntar aos autos as provas satisfatórias ao alicerce de uma sentença condenatória", afirmou o advogado Fernando Fernandes, defensor de Paulo Okamoto, presidente do Instituto Lula.

## Indícios apresentados

- Os executivos da OAS dizem que o apartamento estava reservado para Lula, e que isso era de conhecimento geral dentro da companhia
- Documentos apreendidos na casa de Lula faziam referência ao triplex, como um contrato de adesão com o número do apartamento rasurado

## Destinos

Diminuição de imposto pode ajudar companhias aéreas a criarem novas rotas



Livraria da Folha

FLIP

ATÉ 80% OFF

PUBLICIDADE

## + livraria

'1ª Guerra Mundial em Cores' reúne material inédito sobre o conflito

'Cassavetes e a Nova Hollywood' reúne obras restauradas do cineasta

Dieta da cabala mistura alimentação saudável com busca pelo equilíbrio



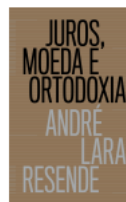
### Delatores

Joice Hasselmann

De: R\$ 39,90

Por: R\$ 34,90

Comprar



Juros, Moeda E Ortodoxia - Teorias Monetárias E Controvérsias Políticas

André Lara Resende

Por: R\$ 39,90

Comprar



Estado, Governo, Sociedade

Norberto Bobbio

De: R\$ 44,90

Por: R\$ 43,90

Comprar



Os Erros Fatais do Socialismo

F. A. Hayek

De: R\$ 39,90

Por: R\$ 34,90

Comprar



Box - Tom Zé - Anos 70 (4 Cds) (CD)

Tom Zé

Por: R\$ 117,90

Comprar

3.

Segundo Léo Pinheiro (sócio da OAS), a negociação foi feita por Paulo Okamoto, do Instituto Lula, e João Vaccari, ex-presidente da Bancoop

4.

Pinheiro afirmou ainda que, entre abril e maio de 2014, Lula pediu que ele apagasse provas de pagamentos de propina no Brasil ou exterior

5.

Lula admitiu ter se encontrado com Renato Duque, ex-diretor da Petrobras, para perguntar sobre denúncias, mostrando elo com esquema

## PARADIGMA

O veredicto de Moro pode levar à consolidação de um novo paradigma sobre provas indiciárias -que, para alguns, teve momento decisivo no julgamento do mensalão.

Na ocasião, ministros do STF entenderam que "provas indiciárias são aptas a justificar o juízo condenatório".

A questão, porém, ainda é controversa. No mesmo julgamento, a ministra Cármen Lúcia disse que "a condenação exige juízo de certeza", e que provas indiciárias, portanto, não seriam suficientes para formar convicção de culpa.

"É absolutamente perigoso", diz o advogado Carlos Eduardo Scheid, doutor em Direito e professor da Unisinos. "Palavras de delatores somadas a alguns indícios geram um risco bastante grande de condenações injustas."

Outros, porém, defendem a regra da livre apreciação da prova pelo juiz, prevista no Código de Processo Penal -sejam elas diretas ou indiciárias.

"Indícios, quando fortes, seguros e não contrariados por contraindícios ou provas diretas, podem autorizar o juízo de culpa", disse o ministro Dias Toffoli, em decisão recente.

Compartilhar

10 mil

Mais opções

## temas relacionados

lula

sergio moro

## recomendado



**Com debandada, PSB pode voltar a tamanho anterior a 2006 na Câmara**



**Novo ministro da cultura toma posse defendendo governo Temer**



**Investidor com 50 mil reais pode estar deixando de ganhar mais de 400.000...**

(Empiricus)



**Descubra uma empresa que está se transformando**

(Petrobras)



**Sem precedente, governo Trump deixa escritores com páginas em...**



**Anac notifica Triunfo sobre falta de pagamento de outorga de...**



**Fluxo de caixa bem feito: modelos de planilhas para ajudar o...**

(Conta Azul)



**As 3 melhores ofertas de smartphones para o Dia dos Pais**

(Samsung)